

# Os becos e as vielas de Ílhavo - as origens e os mitos

Sara Vidal Maia, Universidade de Aveiro

Maria Eugénia Pereira, Universidade de Aveiro

**Palavras-chave:** Mito; identidade; imaginário; simbólico; Ílhavo.

**Resumo:** A cidade de Ílhavo distingue-se pela peculiar configuração do seu centro histórico, onde becos e vielas rasgam labirinticamente o espaço urbano. Neste artigo, procura-se, primeiro, contextualizar Ílhavo no tempo e no espaço, realizando-se uma pequena resenha histórica e apresentando-se argumentos teóricos para esta particular configuração da urbe; de seguida, define-se o conceito de mito e apresentam-se as suas diversas tipologias, de forma a perceber como o mito pode ajudar na construção do imaginário/identitário colectivo. Na segunda parte do artigo, procede-se ao estudo empírico: apresentam-se e analisam-se os dados recolhidos nas entrevistas realizadas a 30 sujeitos que habitam o local.

## 1. INTRODUÇÃO

A peculiar organização e configuração do centro histórico de Ílhavo suscitam curiosidade a quem o visita. Com efeito, ao deambular pelos becos e vielas que mais transformam essa parte da cidade num labirinto, várias interrogações invadem o turista ou o investigador: qual terá sido a origem de tal ordenamento e quais serão os mitos que participam da construção da identidade dessa zona da cidade? Assim, começar-se-á por estabelecer uma contextualização quer geográfica quer histórica de Ílhavo para, de seguida, nos debruçarmos especificamente sobre a origem, a localização e a caracterização dos becos e das vielas dessa mesma cidade. Ora, e antes de se avançar para aquele que é o objectivo principal deste trabalho – o estudo e a análise dos resultados obtidos no trabalho de campo –, é essencial que se defina o conceito de mito e as suas diferentes tipologias, e a função

que este ocupa na construção do imaginário/identitário colectivo. Poder-se-á, então, proceder à leitura das diferentes tabelas que fazem parte do nosso estudo empírico para poder tirar conclusões no que diz respeito ao imaginário colectivo dos becos e vielas de Ílhavo.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE DE ÍLHAVO

### 2.1. Cidade, localização e caracterização

A cidade de Ílhavo<sup>1</sup>, situada a sul do distrito de Aveiro, é sede de concelho de um município subdividido administrativamente em quatro freguesias: S. Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e, a mais recente de todas, a Gafanha do Carmo. Deste município, destacam-se dois núcleos, correspondendo a duas cidades, separados pela ria: a cidade de Ílhavo, tendo por freguesia São Salvador (sede de concelho), a mais populosa, com cerca de 16.700 habitantes, e a cidade da Gafanha da Nazaré, a mais densa, com 899 hab/km<sup>2</sup> (cf. C.M.I., 2010).

O concelho de Ílhavo, com cerca de 40819 habitantes, de acordo com os censos de 2007 (cf. Cobuci, 2009), distribui-se por uma área de aproximadamente 70 km<sup>2</sup> (cf. ibid.) e é dividido por três braços da Ria de Aveiro, que lhe conferem um traçado particular, característico desta região lagunar.

O município de Ílhavo também é conhecido pelas suas praias (a Costa Nova do Prado e a Barra) e pela excelência da sua actividade piscatória. A ligação dos ilhavenses ao mar é íntima, pois, como o afirma António Madahil, «Ílhavo [é] pátria ancestral de pescadores e de marinheiros, terra também de construtores navais» de renome (1965: 1), razão pela qual, a Câmara Municipal decidiu adoptar o *slogan* «O Mar por Tradição»<sup>2</sup>: Ílhavo vive as memórias e tradições ligadas à pesca do bacalhau, à «faina maior» (a pesca do bacalhau à linha com dóris de um só homem) realizada nos mares da Terra Nova e da Groenlândia.

---

<sup>1</sup> A vila de Ílhavo é elevada a Cidade a 13 de Julho de 1990, fruto do seu crescimento urbano e do seu desenvolvimento socioeconómico.

<sup>2</sup> Veja-se, a este respeito, o interessante artigo de Elsa Peralta cujo título é «O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo» (2003).

Como nos diz Elsa Peralta: «a pesca do bacalhau teve uma grande importância económica, social e simbólica em Ílhavo» (2008: 203).

O território é igualmente conhecido pelas indústrias ligadas à construção naval, à refrigeração, à conservação de pescado e à secagem de bacalhau, bem como pela indústria de cerâmica, porcelana e faiança – a Vista Alegre sendo o património mais antigo. A isto, veio associar-se, desde há umas décadas, a crescente e promissora actividade turística.

Mas existe uma outra característica peculiar a Ílhavo: a organização do espaço urbanístico, principalmente do centro histórico da cidade. Ao nascer e crescer à medida do «episódio [da] formação da laguna» (Fonseca, 2007: 100), o espaço ocupado pelo homem teve de se ir adaptando às exigências que esta ia impondo, ao mesmo tempo que se ia moldando aos requisitos dos seus habitantes. Surge, pois, uma malha citadina apertada e sinuosa, recheada de becos e vielas que «simbolizam uma característica específica da paisagem urbana de Ílhavo» (ibid: 288).

## **2.2. Origem de Ílhavo e pequena resenha histórica**

Apesar da ausência de registos não permitir comprovar o facto, estima-se que a povoação de Ílhavo seja bastante antiga. Com efeito, e tal como o esclarece J. A. Marques Gomes, «diz-se que uma colónia de origem pelágica aportando à foz do rio Vouga ainda antes da vinda dos fenícios à península [ali] se estabeleceu» (1875: 221). Segundo Domingos Amador, um estudo realizado em 1880 possuía um poema do Romano Rufo Festus Avienus, intitulado «Ora Marítima», que fazia referência a um périplo efectuado em 600 a.C. a uma «Pelágia Insula», isto é a uma «ilha de marisco» que existia nas costas ocidentais da Europa. Apesar de nada, nesse poema, vir comprovar que o nome de Ílhavo teria origem nessa ilha, Domingos Amador lamenta o facto dos grandes estudiosos da cidade não terem procurado aprofundar essa, eventual, ligação do nome da cidade a essa ilha misteriosa (1998: 21-22).

Sobre a antiguidade da cidade, Antonio Madaíl é da opinião que «Ilhavo, como muitas vilas de Portugal, não teve brasão d'armas; e se a falta dessa mercê régia pode significar que é

antigo já o esquecimento a que a Vila tem sido votada, não invalida de forma alguma a sua importância como núcleo de população de comprovada antiguidade» (1922: 17). Por isso, Antonio Madaíl defendeu, por ser mais lógico, que o brasão de Ílhavo tivesse uma galera fenícia<sup>3</sup>, a seriedade do seu estudo sobre a História de Ílhavo tendo levado a que esta teoria fosse tacitamente aceite.



Este é, pois, o brasão actual da cidade, sendo que a composição e o desenho inicial fora realizado pela Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Português, que, como foi dito anteriormente, se inspirou no estudo de Antonio Madaíl «Um projecto de brasão d'armas concelhio» (1922). A descrição que acompanhava o brasão era a seguinte: «De prata, com uma galera antiga de negro, ornada de ouro, com vela de púrpura, vogando sobre um mar agitado do campo, e encimado por três vieiras de púrpura realçadas de ouro. Na bandeira, uma fita por debaixo do escudo, com o antigo étimo: ILLIABUM» (1922: 9).

Perante toda esta incerteza ou esta multiplicidade de perspectivas, só se pode concordar com Helder Pacheco quando ele nos diz que «Não se sabe de forma correcta qual o povo que se ficou inicialmente em Ílhavo, existindo diversas versões quanto à questão» (1989: 116). A origem pode, segundo alguns, ser fenícia, grega – Senos da Fonseca vai mais longe e acrescenta que, talvez, também seja nórdica (cf. 2007: 75) – e romana, pois vestígios arqueológicos parecem vir igualmente comprovar que ali foi erigido um povoado romanizado (cf. *ibid.*). Fernando Parracho considera que houve um forte descuido por parte dos antepassados, uma vez que não deixaram nem testemunhos, nem documentação de acontecimentos ocorridos; segundo ele, isto prende-se com o facto de, primeiro, aí não ter existido nenhum convento, colegiadas ou familiares de nobres – aqueles que, de facto, na época, eram capazes de deixar registos escritos desses acontecimentos; segundo, não terem surgido «acontecimentos notáveis como, por exemplo, guerras que pudessem despertar o interesse de antigos biógrafos ou cronistas» (cf. 1992: 14).

---

<sup>3</sup> Segundo António Maria Lopes, a galera que se encontra no brasão não é fenícia mas grega.

Terra de memórias e costumes culturais tão particulares, Ílhavo conta com uma História documental que remonta ao século XI<sup>4</sup>, embora mitos e tradições indiquem que fenícios, cartagineses e gregos se tenham fixado nestas paragens (veja-se, a este respeito, a reflexão de Antonio Madaíl: 1922: 43-48). Amadeu Cachim subscreve esta ideia e explica que «existem ainda [em Ílhavo] famílias com a designação de Helenos, Gregos, Tróias, Menícios, Maurícios e até Maurícios Tróias» (1988: 12). Apesar de indícios geológicos, geográficos, antropológicos e etnográficos não contestarem a teoria de que Ílhavo tem origem fenícia, não existe, no entanto, argumentação científica suficiente para suster esta afirmação. Ora, quer historicamente, quer cientificamente, resta inegável que as navegações fenícia, grega e cartaginesa chegaram a este ponto da costa<sup>5</sup>. É, igualmente, de salientar a hipótese de haver influência romana (pelo facto de existir, ainda hoje, vestígios de uma calçada romana) e (moç)árabe (certas práticas da agricultura, certos instrumentos e técnicas de navegação e alguma terminologia parecendo querer provar isso também).

Segundo Antonio Madaíl, muito se tem falado, escrito e inventado sobre a toponímia desta cidade, por isso esclarece que «tem andado erradamente discutido por quantos se teem lembado de lhe fantasiar ascendências; é a história do garoto que dizia, «Vamos à Ilha, Avó», a do pescador de Aveiro que dizia «à ilha vou», a Ilha Boa, e tantas outras de igual valor» (Madaíl, 1922: 27). Pois no que diz respeito a Ílhavo onomástico, a primeira referência a *Iliavo* data de 1047 (cf. Bismarck, 2008), evoluindo posteriormente para designações como *Ilauum* e *Illiabum*<sup>6</sup>, até Ílhavo<sup>7</sup>. A partir do século XIII, a documentação régia passa a referir com frequência a região do Baixo Vouga, que inclui Ílhavo. Segundo Senos da Fonseca (2009), não terá sido D. Dinis (séc. XIII) a conceder a Carta de Foral a Ílhavo, terá antes apresentado uma Carta de Inquirição, fazendo uma relação das freguesias

---

<sup>4</sup> A mais antiga referência remonta aos anos indo de 1037 a 1065, no cartulário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, designado por Livro Preto da Sé de Coimbra (cf. Maia, 2003: 7).

<sup>5</sup> Os povos teriam subido os rios, indo longe, por exemplo, no rio Vouga, pois a única peça fenícia encontrada perto de Sever do Vouga vem comprovar esse facto.

<sup>6</sup> Antonio Gomes da Rocha Madaíl acrescenta ainda que a verdadeira pronúncia de Ílhavo é aquela cujo acento tónico recai sobre o «a»: Illiábum, Ilàuum dando, pois, Ilhávo. Não restam dúvidas quanto a este facto, pois no século XI a acentuação era essa mesma. Apesar de hoje a acentuação já não ser essa, a tendência natural da língua portuguesa é de acentuar a palavra nessa mesma letra.

<sup>7</sup> Domingos Amador avança com «a teoria de que os vocábulos fenícios INSULA UBBO terão dado origem a Ílhavo: INSULA, significando ilha, e UBBO «ameno» ou «obrigado» (1998: 77).

existentes nas terras do Vouga, onde a de Ílhavo é referenciada em 1282 (cf. *ibid*). Contudo, Antonio Madañil considera que Ílhavo obteve a sua carta de foral a 13 de Outubro de 1296, esta tendo sido concedida por D. Dinis segundo inquirições prévias.

Está, no entanto, comprovado que, a 8 de Março de 1514, D. Manuel I concede Foral a Ílhavo (cf. Madañil, 1922 e Fonseca, 2009), este fazendo, então, referência às *terras* de Ílhavo e não à *vila* de Ílhavo. Este Foral vai reger o concelho até 1832, ano em que é aplicada a lei de Mousinho da Silveira que extingue os forais e as doações régias (cf. C.M.I, 2010).

Na viragem do século XVIII para o XIX, Ílhavo vai sofrer um desenvolvimento demográfico e económico considerável, em consequência de vários factores tais como: o progresso agrícola, a expansão da pesca de arraste, a implantação da indústria da seca de bacalhau e da construção naval e o progresso da fábrica da Vista Alegre. Esta tendência vai-se acentuar no século XX, pelo menos até à década de 70, altura em que a empregabilidade no sector das pescas vai diminuir, forçando o surgimento de outras actividades comerciais e industriais.

No século XVIII vivia-se da agricultura no termo da Vila (principalmente da colheita do milho, do trigo e das uvas tendo por fim a produção de vinho) (cf. Madahil, 1937: 44), do sal e sobretudo da pesca, esta última actividade sendo o maior sustento de toda a Vila (cf. *ibid.*). Na época, a «ria de Aveiro» atraía bastante população, esta tendo crescido de «quinhentos vizinhos», segundo Carvalho da Costa, em 1708, para «mil e vinte e três», em 1758 (cf. Apud Barbosa, 1899: XV).

A área do concelho foi-se alargando graças à fertilidade do solo das terras da «Gafanha», com efeito, «o areal inculto e desprezado, ao qual só no último quartel do século XVII se começa a fazer referência em alguns actos de aforamento, passou a colonizar-se intensamente durante o século seguinte» (Aroteia, 1984: 65).

Contudo, a grande colonização das areias da Gafanha<sup>8</sup> fez-se sobretudo no início do século XX, quando, no seguimento do desenvolvimento das indústrias da seca do bacalhau e da

---

<sup>8</sup> Só em 1855 as Gafanhas deixaram de pertencer a Vagos para pertencer ao concelho de Ílhavo.

construção naval, populações oriundas de outras freguesias, quer do concelho de Ílhavo quer do de Aveiro, se fixaram nesta zona. Mas, se é verdade que populações vindas do nordeste e das Beiras do Interior também foram atraídas por estas novas indústrias e se instalaram na Gafanha, elas dedicaram-se igualmente à agricultura, fixando-se nos terrenos da colónia agrícola da Gafanha<sup>9</sup>. Há, no entanto, que salientar que a baixa produtividade das terras foi compensada pela tenacidade do Gafanhão que procurou no moliço a fonte da fertilização das suas terras.

Ora, o desenvolvimento da região teve, então, a ver com a actividade piscatória e, mais especificamente, com a pesca do bacalhau – a maior parte dos capitães, pilotos, contramestres e cozinheiros que se dedicavam a esta faina nas costas da América e da Terra Nova eram naturais do concelho. A industrialização ligada à pesca, que se instalou nas Gafanhas, ajudou a que florescesse uma nova forma de indústria de grande dimensão na freguesia de São Salvador – a Vista Alegre (cf. Aroteira, 1984: 99).

Apesar da pesca, da agricultura, da indústria cerâmica oferecerem emprego, alguns habitantes de Ílhavo decidem, no entanto, emigrar para o Brasil e os Estados- Unidos (sobretudo a partir de 1921). A crise instalando-se (a partir dos anos 30) no sector das pescas (e sobretudo na pesca do bacalhau), outros destinos, tais como a França, o Canada, a Alemanha, a Venezuela, o Congo e a África do Sul surgem como novos destinos de emigração. No entanto, os Estados- Unidos continuavam a atrair os ilhavenses, por isso, «entre 1961 e 1976, os E.U.A. receberam o maior número de emigrantes – 38,2 % (ibid.: 133).

### **2.3 Becos e vielas em Ílhavo**

Se se procurar determinar o espaço geográfico que Ílhavo antigo ocupava, é necessário entender que a Vila assentava «sobre os arenitos e argilas do Senoniano» (Madaíl, 1922:

---

<sup>9</sup> Jorge Carvalho Aroteia explica a designação «colónia agrícola» da seguinte forma: «extensa área com cerca de 25 km de comprimento por 5 de largura, abraçada de Norte a Sul (lado poente) pelo rio Mira e de Norte ao Sul (lado nascente) pelo rio Boco, afluentes da ria de Aveiro, e confinando a sul com uma linha que, saindo dos Cardais de Vagos, vai fechar a Norte do Lugar do Poço da Cruz, freguesia de Mira» (1984: 225).

32) que iam até à Malhada. Não podemos também esquecer que uma das principais actividades dos homens, na altura, era a pesca e que a navegação se encontrava facilitada pela profundidade das águas interiores.

A pesca e a navegação explicam, pois, a fixação de um núcleo de povoação no local que, ainda hoje, conhecemos pelos nomes de: Cimo de Vila, Lagoa, Casal, Alqueidão e Malhada. Estes bairros eram apelidados, até ao século XVIII, de «logares», uma vez que estavam separados por levadas que nasciam no Vale de Ílhavo e na Légua. Antonio Madaíl diz que nas duas primeiras décadas do século XX a Malhada e o Alqueidão ainda se mantinham isolados do centro da vila, «pois, *apenas ladeando as respectivas ruas*, dois renques de casas *aparentemente* liga[vam] estes logares, deixando entre eles largas terras de cultivo» (2003: 34).

O Foral de D. Manuel refere o Alqueidão como lugar de Ílhavo, supondo-se, pois, que a vila primitiva se situava no que hoje se chama o Cimo de Vila, de onde parte a Rua Direita que conduz, actualmente ainda, à igreja matriz. Pelas suas construções ricas, cujas características são próprias de propriedades agrícolas (casas térreas com uma grande frontaria e um largo portão de carro dando acesso a um pátio onde se encontravam, de um lado, a habitação e, do outro, os estábulos; ao fundo podia encontrar-se uma terra de cultivo) que pertenceriam a lavradores abastados<sup>10</sup>, o lugar de Alqueidão mantinha-se inicialmente separado da vila. Também há que salientar que existia um povoado junto à Ria, e supõe-se que a sua primeira rua foi a rua Nova (que ia dos palheiros até à Igreja Matriz – que corresponde ao sítio da Igreja Matriz dos nossos dias e que já era de invocação a São Salvador).

A fundação de Ílhavo deve-se, pois, a estas duas classes de povos: os lavradores e os pescadores: a povoação da *beira mar* (Malhada e um pouco Alqueidão) e a de *Cimo de Vila*

---

<sup>10</sup> Adolfo Coelho, ao referir-se a provérbios que serviam para caracterizar a província de Aveiro e as suas povoações, reproduz, assim, o que ouvira: «Baetinhas os da Sé/Caranguejolas os d'Aveiro/Panelleiros os da Arada/Inchados os da Coutada/Lavradores afamados os d'Alqueidão, bem o dizem e bem o são/Fidalgotes os de Ihavo/Carniceiros os da Chousa Velha/Batateiros os da Gafanha/Fabricantes os da Vista Alegre/Capelludos os da Ermida/Valentões os de Val d'Ílhavo/Chamuscados os de Fontão/Babosos os da Lavandeira/Colhereiros os de Sousa/Ladrões os de Vagos, que nem negam nem pagam». Estes provérbios datariam, pois, do século XIX (Apud. Madaíl, 1922: 35).



(estes bairros já estavam integrados antes do reinado de D. Dinis). Os lavradores estavam em Alqueidão e em Cimo de Vila, os pescadores na Malhada. O Cimo de Vila tinha a sua igreja, como povoado distinto que era da Malhada e de Alqueidão, sendo devotado à Nossa Senhora do Pranto – em 1712 já havia a tradição da capela da Sra do Pranto (cf. Madaïl, 1922: 39). A outra povoação, a da beira-mar, integrou-se na vila e sobrepôs-se ao lavrador de Cimo de Vila.

Se se acreditar, tal como já o mencionámos, que a Vila antiga assenta «sobre os arenitos e argilas do Senoniano» – da secção do Cretácio – temos de considerar a hipótese que o primeiro agregado de população que se instalou neste ponto é anterior aos navegadores fenícios, gregos ou cartagineses. Talvez não fosse mais do que «um agregado de pescadores, de ligures do Atlantico, em estreito contacto, por via marítima, com os mercadores do Mediterrâneo?» (Madaïl, 1922: 45). Talvez se possa, pois, explicar, primeiro, pela miscigenação, os tipos que existem, ainda hoje, em Ílhavo, «de perfeitos fenícios e de tialo-grêgos» (ibid.: 44) e, depois, pela etnografia, (...) o viver de certas castas da população de Ílhavo, nos pátios interiores dos seus *carrís* numa topografia ainda hoje conservada de vila medieval, [que] provoca invencivelmente conclusões não provadas, mas demasiado tentadoras» (ibid.). Os becos, chamados carris, e as vielas fazem, pois, parte, da topografia do centro histórico de Ílhavo e várias são as tentações para definir a sua fundação.

Assim, e fugindo à apreciação de Antonio Madaïl, outros autores consideram que esse tipo de organização, própria a algumas cidades portuguesas, tem influência árabe e cristã, pois falamos de «(...) ruas irregulares interligadas entre si por becos muitas vezes sem saída, geralmente atendendo à parte superior ou de serviço das residências» (Brito, 2007: 122). Não especificando se essa é, também, a origem dos becos e vielas de Ílhavo, Brito ajuda a confundir, ainda mais, o leitor interessado, mas também reitera um facto importante: a origem antiga dos becos e vielas desta cidade.

Amadeu Cachim, vem, também ele, comentar a organização da zona histórica de Ílhavo: «As várias artérias da Vila (...) desenhavam como que uma estrela-do-mar e em todas elas se notava e ainda nota, uma espécie de enclaves – os característicos becos e os compridos e

estreitos carris, alguns deles formando autênticos labirintos – que comportavam mais casas e habitantes do que as próprias ruas» (1988: 9). A comparação com a estrela-do-mar ilustra bem o que existe ainda hoje: da principal rua do centro histórico de Ílhavo (a antiga Rua Direita), saem vielas e becos que podem não ter saída e que, por isso, obrigam os seus residentes a afluir sempre a esta rua principal, onde as casas são mais ricas.

Mediante o que foi referido anteriormente, este espaço urbano da área central da cidade era onde moravam e trabalhavam as camadas populares. Senos da Fonseca partilha da nossa opinião uma vez que afirma que, próximo do século XVIII, o agregado urbano era constituído por típicos becos, «Ilhas onde se fixaram os habitantes de menores posses, gentes que não trabalhavam nas terras (artesãos, pescadores, marnotos)» (2007: 71). Essas «ilhas» no coração da cidade levam a que os residentes se sintam, ainda hoje, mais próximos uns dos outros, pois pertencem ao mesmo estrato social. Segundo uma descrição que data de 1758, esses becos eram constituídos por: «inúmeráveis casas e cazinhas, quanto basta limpas, e asseadas à maneyra de células de abelhas, habitaçam da plebe»<sup>11</sup>.

Óscar Graça refere-se à construção aleatória e desordenada dessa zona da cidade. Com efeito, e segundo ele, os becos e as vielas formam «Importantes espaços sociais de relacionamento humano (...) ladeados por logradouros e pequenos pátios ajardinados, (...) actualmente semi-obstruídos por construções clandestinas e lixeiras» (1996: 24). Inicialmente, ter-se-iam construído casas e ter-se-iam guardado terrenos de cultivo de forma a garantir a sobrevivência dos seus proprietários. Com o tempo, esses logradouros ou pequenos pátios foram sendo ocupados por outros moradores, talvez descendentes ou familiares dos primeiros, estes últimos acabando por criar um espaço labiríntico que, por vezes, não tem saída. Por isso Óscar Graça tece o seguinte comentário: «Os elementos mais importantes do tecido urbano destacam-se nitidamente pela sua volumetria, imagem, conteúdo simbólico ou funcional, criando *nós* e distorções no tecido urbano» (ibid.).

Senos da Fonseca descreve, assim, esta parte histórica da cidade: «*finas veias*, normalmente cegas, rectilíneas, com cerca de dez palmos de largura, alguns não excedendo os cento e

---

<sup>11</sup> Texto consultado no blog de Senos da Fonseca intitulado *Terralâmpada: textos sobre acontecimentos, críticas, história da cidade de Ílhavo* (cf. <http://terralampada.blogspot.com/>) (acedido a 18 de Março de 2010, às 11h00).

cinquenta palmos de fundo, ocupadas cada uma delas por um grupo de edificações muito simples e idênticas, dispostas em correnteza, de dimensão e tipologia uniformes, ostentando na frontaria uma porta e duas (ou uma) janelas – por vezes sem vidros –, com uma pequena porta de acesso ao pátio, quando o havia» (2007: 307). De seguida, explica que o aumento da classe piscatório nos séculos XVIII e XIX levou a que proliferassem os becos ao longo das principais artérias da cidade (Direita, Espinheiro e Alqueidão), o que conferia singularidade à paisagem urbana. Posteriormente, reedificar-se-iam novas casas sobre as que já lá existiam e aumentar-se-ia a população vivendo nos becos. Os becos labirínticos dos Sete Carris foram, até ao início do século XX, o lugar privilegiado para essa gente se instalar, pois propiciavam uma vivência especial.

### **3. DEFINIÇÃO DE MITO E SUAS TIPOLOGIAS**

O conceito de «mito» é utilizado com muita frequência na contemporaneidade, sob a forma de inúmeros semblantes e possuindo as mais variadas significações. Todavia, é de imediato associado à mitologia grega e aos mitos da criação do mundo, sendo que o mais relevante é a versatilidade do seu significado, pois, como indica Bronislaw Baczko, «qualquer definição de mito é altamente dependente do *corpus* de texto em que ele é chamado a trabalhar» (1984: 114).

Mais do que um conceito, o mito pode ser uma história, um modelo, um estandarte, um ritual, uma narrativa, um símbolo e está agregado a dois sentidos: ao sagrado ou modelar e ao ilusório ou ficcional (cf. Eliade, 1963). Em relação ao primeiro sentido, entende-se que o mito possui, desde a antiguidade, um papel orientador na vida das sociedades, pois fundamenta os costumes e as normas do convívio social, apresentando uma justificação narrativa tradicionalmente aceite nas comunidades (cf. Oliveira, 2010), reforçando a moralidade do grupo e incentivando a prática ritual. Desta forma, os mitos auxiliam na regulação da acção humana, ao mesmo tempo que desempenham uma função tranquilizadora perante os mistérios da natureza (cf. Garcia, 2010). Ainda no mundo do sagrado, a mitologia é constantemente associada à religião e aos elementos que contribuem

para desvendar os mistérios do mundo, uma vez que estes não são facilmente identificados na realidade humana.

O entendimento ilusório ou ficcional do mito prende-se com a noção simbólica que o conceito acarreta, bem como com o seu carácter universal, que ultrapassa a realidade espaço-temporal (cf. Volpato, 2007). É neste contexto do aparentemente falacioso que os conceitos de mito e de lenda são, por vezes, confundidos. Cabe aqui esclarecer que a lenda se opõe ao carácter a-temporal e a-espacial do mito e é entendida por Rosane Volpato (ibid.) como um *episódio heróico-sentimental*, limitado no espaço e no tempo, e que tem o poder de influenciar o imaginário popular. Neste sentido, o mito não é História, mas pode construir a história.

Ainda relativamente à definição de mito, há que lembrar que o conceito foi abordado por inúmeros autores como Platão, Fontenelle, Schelling, Bultmann, Freud e Jung, mas é necessário destacar a simplicidade do pensamento de Campbell (1990) (Apud. Mindlin 2002), que entende a mitologia como uma metáfora da relação da humanidade com a natureza.

Uma das funções vitais do mito prende-se com a tentativa de justificar o desconhecido, daí o desdobramento de teorias mitológicas cujas finalidades são diferentes. Surgem, portanto, «tipos de mitos», tais como: os mitos cosmogónicos (descrição hipotética da criação do mundo e da origem da humanidade), os mitos escatológicos (mitos do fim do mundo), os mitos sobre o tempo e a eternidade e os mitos de transformação e transição (cf. Fragoso, 2008), que estão constantemente associados a divindades reguladoras do universo (mitos teogónicos). Contudo, actualmente, desenvolve-se uma outra espécie de «mito egocêntrico», o *eu transcendente*, de que fala Vitor Fragoso (2008), e que guia o indivíduo na sua necessidade de se transcender através da sua própria espiritualidade.

### **3.1. O mito e a sua função na construção do imaginário/ identitário (colectivo)**

A civilização ocidental moderna encontra-se numa fase de revalorização do símbolo e da imagem, numa espécie de revalorização da imaginação, à maneira romântica. Todavia, em

oposição a esta orientação encontra-se a vertente conceptual, que intelectualiza e reforça a ciência pura. Segundo Gilbert Durand, «o mito (...) é uma rés real que podemos manipular para o melhor e para o pior» (1996:46), o que confere ao mito características empíricas, estéticas, místicas e poéticas, perfeitamente domináveis pelo indivíduo social. Já Eudoro Sousa identifica o mito como partindo da «linguagem da sensibilidade e da imaginação» (2004: 285), seguindo, assim, a mesma linha de pensamento que separa o pensar mítico do científico.

A criação de mitos é, muitas vezes, relacionada, por alguns autores, com a imaginária poética, visto que os poetas inventaram os mitos de que carecíamos e aos quais recorreremos (cf. Baptista, 2009). Maria Manuel Baptista (cf. *ibid.*) cita Eduardo Lourenço e define a sua linha de pensamento, afirmando que o mito «não tem existência fora do movimento real da imaginação que lhe constitui o ser» (1987: 66), visto que, tal como a palavra poética, serve de negociador entre a imaginação e o mundo. Assim, ao ser uma representação do real, o mito adquire um carácter simbólico. Contudo, ao fundamentar princípios e normas de convívio social, a simbologia mitológica passa a ser facilmente aceite como forma prática de moralismo, o que implica uma certa materialização do real (cf. Oliveira, 2010).

Já Gilbert Durand (1996), em *Campos do Imaginário*, defende uma outra visão: o mito distingue-se da poesia na medida em que não nasce do logo linguístico, mas sim da situação existencial de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos, procurando reforçar esta última e legitimá-la. Esta abordagem remete para o conceito de «memória colectiva», onde os mitos podem ter um papel fundamental e unificador na criação de uma abordagem comum de uma mesma narrativa. É neste sentido que a mitologia pode ajudar uma comunidade a criar uma memória colectiva (por vezes confundida com o real histórico), uma verdadeira identidade comum, que permite dar continuidade a uma vida social e a uma coesão cultural (cf. Assmann, 1995; Bakhurst, 2005; Phillips – Apud. Wang, 2008).

Para Carl Jung (Apud. Volpatto, 2007), o mito apresenta-se como uma concretização do inconsciente colectivo, como um fio que une o consciente ao inconsciente colectivo e em que este último seria a identidade da Humanidade. Desta forma, quando são referidas culturas geograficamente distantes, mas com mitos similares, percebe-se que existem

temáticas mentais gerais, isto é, que são do interesse de toda a Humanidade. Deste modo, e no que respeita à identidade portuguesa, Eduardo Lourenço destaca que esta se fundamenta num imaginário identitário, onde o real se deixa simbolizar (cf. Lourenço, 1992).

Ao referirmos os três domínios do *real*, do *imaginário* e do *simbólico*, é imprescindível perceber qual o fundamento teórico de cada um. Em relação a este assunto, Lacan (1966) identifica o imaginário como algo mais real que a própria realidade. Para este pensador, o real é algo que se constrói entre o imaginário e o simbólico, resistindo ao significante (poder do simbólico) e servindo de substância ao imaginário. Segundo Castoriadis (1995) a dinâmica entre este domínio assenta na sociedade e na forma como ela atribui ou não sentido aos acontecimentos. Assim, passa pelo imaginário a atribuição de um sistema de interpretações e símbolos da realidade, regulando a forma como uma comunidade outorga (ou não) sentido simbólico à sua existência e convivência. Contudo, Eduardo Lourenço admite que a identidade cultural se coloca ao nível do imaginário, onde mitos e símbolos são condicionados (Lourenço, 1992).

Quando um grupo de indivíduos, uma comunidade, uma nação, uma cultura assume um mito, fica provada a sua necessidade de assumir uma consciência, uma identidade cultural integrada, que é tudo menos estática, uma vez que prevê uma abertura semântica (cf. Murad, 2005) e uma possibilidade de actualização e reformulação constantes. Assim se percebe que, na actualidade, alguns dos mitos clássicos subsistam, ainda que por vezes ocultos, enquanto outros contemporâneos vão germinando.

A perspectiva de Vítor Fragoso (2008) revela-se, também ela, interessante, pois o autor afirma que se ergue uma nova teoria que define os mitos como uma expressão simbólica dos sentimentos e das atitudes de uma comunidade, tal como Freud abordou a questão dos sonhos no indivíduo. Como se os mitos permitissem criar e/ou desvendar o padrão de referência do comportamento de um povo.

Na óptica do entendimento moderno, o mito anula a história (Eliade, 1989a), mas, ao enunciar *o que se passou*, o mito pode reactivar a história de grupos humanos passados e o homem encontra, assim, as provas do acontecimento histórico no mito. Por mais que se degrade, o mito pode manter-se activo durante séculos, através de romances, lendas, e até

de superstições. Mircea Eliade afirma mesmo que «(...) a recordação de um acontecimento histórico ou de uma personagem autêntica não perdura por mais de dois ou três séculos na memória popular», pois os indivíduos têm «dificuldades em reter acontecimentos individuais e figuras autênticas» (2000: 58). Assim, os grupos sociais iniciam um processo estruturante que cria categorias e arquétipos de acontecimentos, gerando modelos míticos.

Na sua obra *Mitos, Sonhos e Mistérios* (1989), Mircea Eliade entende que a importância que os mitos outrora tiveram na estruturação e organização das sociedades foi-se perdendo e as sociedades actuais estão desprovidas de mitos. Alguns investigadores acreditam que muitas das inquietações sociais actuais se podem dever à ausência da orientação dos mitos, embora, individualmente, os homens não tenham perdido a capacidade de experienciar acções míticas. É possível, então, afirmar que o homem de hoje é o resultado de acontecimentos míticos de outrora.

#### **4. METODOLOGIA DO ESTUDO DE CAMPO**

Esta investigação foi elaborada com base na investigação realizada no Projecto MIMAR – memória e imaginários de mar, a decorrer no Departamento de Línguas e Cultura da Universidade de Aveiro (Julho 2010 a Julho 2011), no âmbito do Projecto RUCHI (promovido pela Câmara Municipal de Ílhavo / QREN).

Inicialmente, procedeu-se à pesquisa e leitura bibliográficas extensivas de forma a delimitar teoricamente o âmbito do estudo e o seu recorte espacial: o centro histórico de Ílhavo e, nele, os seus becos e vielas. Começaram por ser definidos conceitos e paradigmas teóricos que abrangem a construção das identidades, memórias e imaginários colectivos, convocando para o efeito a articulação das dimensões do real, do imaginário e do simbólico.

Assim, partiu-se desta forte base teórica para alicerçar o estudo empírico realizado em Ílhavo, mais precisamente na malha urbana do seu centro histórico, que compreendia a população morando entre a Capela da Nossa Senhora do Pranto e a Igreja de S. Salvador, com especial incidência nos seus becos e vielas.

O estudo empírico, cujo trabalho de campo teve início em Julho de 2010 e terminou em Abril de 2011, começou por inquirir um universo de 103 indivíduos residentes nesta malha urbana, de forma a seleccionar um conjunto final de 30 indivíduos. O método de selecção destes 30 sujeitos foi propositivo e procurou alocar os sujeitos a características previamente especificadas e consideradas na literatura da especialidade relativa às identidades, representações sociais, imaginários e memórias colectivas como variáveis sensíveis no nosso estudo e cujos efeitos nos interessava explorar junto dos nossos sujeitos.

Este primeiro contacto com a população teve como objectivo fazer um levantamento (não exaustivo) da ocupação efectiva das habitações do centro histórico de Ílhavo, das suas características sócio-demográficas e da disponibilidade em colaborar com o presente estudo. Assim, os sujeitos seleccionados foram divididos em dois grupos: o grupo A e o grupo B. O grupo A era constituído por 15 indivíduos cujas idades estavam compreendidas entre os 18 e os 39 anos ou para além dos 60 anos. Este grupo tem a particularidade de ter habitado sempre no espaço em estudo. Procurou-se ainda que eles representassem, de forma diversificada e equilibrada, diversos sectores profissionais, diferentes habilitações académicas e constituíssem um grupo equilibrado do ponto de vista do sexo (havendo quase equivalência entre homens e mulheres).

O grupo B é, igualmente constituído por 15 indivíduos, mas desta vez com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos. Nesta faixa etária, procurou-se encontrar sujeitos que nem sempre viveram em Ílhavo e nos becos do centro histórico. Procurámos que também variassem substancialmente ao nível desta característica (há quem praticamente tenha acabado de chegar ao beco e há quem ali viva há mais de duas ou três dezenas de anos) e, do mesmo modo que para o grupo A, constituímos um grupo internamente heterogéneo ao nível das variáveis consideradas relevantes para o grupo A (sexo, habilitações académicas e ocupação profissional).

As entrevistas foram realizadas junto dos 30 sujeitos seleccionados para os dois estudos, durante os meses de Novembro e Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011. As entrevistas decorreram de forma directa e pessoal. Cada entrevista teve a duração média de 20 minutos, e foram usados dois recursos de gravação: o grupo A foi alvo de entrevistas com gravação



vídeo, enquanto o grupo B foi alvo de entrevista com gravação áudio. As entrevistas, semi-estruturadas, foram previamente preparadas, foi elaborado um guião que serviu de orientação aos entrevistadores, que procuraram conduzir a conversa no sentido de obter relatos muito próximos dos das «histórias de vida». Assim, apesar de haver algum limite (flexível) nas temáticas a abordar, o guião permitiu que o entrevistador não perdesse de vista os objectivos pretendidos para a entrevista. No processo de entrevista, as questões abordadas foram adaptadas a cada entrevistado, mas a sua exploração foi flexível.

Depois de recolhidos todos os dados, estes foram tratados recorrendo à transcrição das entrevistas, quer as registadas em vídeo, quer as registadas em áudio, de forma a posteriormente se proceder à análise da informação recolhida. Estes dados foram sujeitos à técnica de análise de conteúdo com base em três domínios das identidades e memórias dos sujeitos em estudo: o real, o simbólico e o imaginário.

O estudo que agora apresentamos aborda apenas os resultados preliminares do Projecto MIMAR – Memória e Imaginários de Mar, que ainda se encontra em desenvolvimento, centrando-se por ora, especificamente, na análise dos resultados das entrevistas feitas aos sujeitos do grupo B, que se referem à origem dos becos e vielas na urbe ilhavense.

## **5. ESTUDO EMPÍRICO**

### **5.1 Apresentação dos dados**

#### **5.1.1 Domínios em análise**

No estudo que se segue, procurar-se-á apresentar e analisar os dados recolhidos nas entrevistas, de acordo com três domínios: o do imaginário, o do simbólico e o do real. Apesar de já se ter abordado a sua conceptualização teórica, ir-se-á, por ora, proceder à distinção desses três registos da realidade humana segundo a amostra recolhida nos becos ilhavenses.

No domínio do imaginário ir-se-á incluir todas as declarações dos sujeitos entrevistados que arrojam um desejo ou reproduzem uma história passada a partir da dinâmica das imagens

que geram factos vividos (histórias de vida), que projectam imagens sobre o futuro ambicionado ou temido ou sobre realidades desconhecidas. Regularmente, o imaginário surge como não-dito ou silêncio, o que pode implicar/significar que existe um processo de abstenção, como afirmou Maffesoli (1993, 1997, 1998, 2003). Para melhor entender o domínio do imaginário, é necessário distribuí-lo segundo duas vertentes: o do imaginário prático e o do imaginário onírico. No imaginário prático incluem-se as observações imaginárias eminentemente práticas e próximas do real, enquanto no imaginário onírico são considerados os aspectos mais sonhados e fantasiados.

No domínio do simbólico, entrarão todas as afirmações dos sujeitos entrevistados que remetem para significados partilhados socialmente, para a valorização da vida colectiva ou da vida do indivíduo inserido na colectividade, para conhecimentos ligados ao sagrado e ao quotidiano (quando são referidas as regras de conduta social, as relações de poder e de diferença social). Neste domínio, optou-se por uma subdivisão temporal: passado, presente e futuro.

No domínio do real integrar-se-ão as afirmações dos sujeitos entrevistados que fazem referência à realidade empírica sem apreciação valorativa ou projecção imaginária. Aqui, o real pode ser entendido como ausência de imaginário, que deriva da incapacidade/impossibilidade de instaurar significado. Aludir-se-á a dados mais objectivos, como, por exemplo: a morada, a idade, o estado civil, a profissão, a descrição de efemeridades, a acontecimentos ou informações gerais directamente ligados à realidade empírica e sobre os quais não agiu nenhuma dinâmica simbólica ou imaginária instauradora de significação.

### **5.1.2 Caracterização dos sujeitos do grupo B**

A análise, em cada um dos três domínios (imaginário, simbólico e real), foi sucessivamente realizada de acordo com o género dos entrevistados (masculino ou feminino), a sua idade (compreendida entre os 41 e os 51 anos e entre os 52 e os 59 anos), o nível de escolaridade (até ao 6º ano e com o 7º ano ou mais), o sector de actividade profissional dos sujeitos

(primário, secundário ou terciário) e o tempo de residência no beco (indivíduos que habitavam o beco há menos de 10 anos, entre 10 e 30 anos e há mais de 30 anos). Na tabela 1, pode-se observar esta caracterização dos sujeitos.

**Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos por gênero, idade, habilitações literárias, sector de actividade e tempo de permanência no beco**

Caracterização dos entrevistados		Número de sujeitos	Total
Gênero	Masculino	6	15
	Feminino	9	
Idade	41-51 anos	6	15
	52-59 anos	9	
Habilitações literárias	Até ao 6º ano	9	15
	7º ano ou mais habilitações	6	
Sector de actividade	Sector primário	3	15
	Sector secundário	1	
	Sector terciário	11	
Tempo de permanência no beco	Menos de 10 anos	3	15
	Entre 10 e 30 anos	9	
	Mais de 30 anos	3	

Na tabela 1 observa-se que do grupo B fazem parte quinze sujeitos, dos quais seis são mulheres e nove são homens. Os sujeitos foram também distribuídos por dois subgrupos etários: o primeiro grupo engloba as idades compreendidas entre os 41 e os 51 anos e possui seis entrevistados e o segundo grupo abrange nove sujeitos com idades compreendidas entre os 52 e os 59 anos. De seguida, distribuíram-se os sujeitos pelas suas habilitações académicas, também segundo dois subgrupos: no primeiro, encontram-se os sujeitos que possuem habilitações até ao 6º ano de escolaridade (nove sujeitos) e no segundo grupo reúnem-se os sujeitos com o 7º ano ou mais (seis sujeitos). Quanto ao sector de actividade profissional dos sujeitos, observa-se que, dos quinze entrevistados, três se inserem no sector primário de actividade, enquanto um se encontra no sector secundário, destacando-se assim o sector terciário com um total de onze sujeitos. Finalmente, apresentaram-se os sujeitos pelo tempo que residem nos becos: três vivem há menos de 10 anos nos becos, nove vivem nos becos há mais de 10 anos, mas há menos de 30, enquanto três vivem há mais de 30 anos nos becos.

## 5.2 Análise e discussão dos dados

Os resultados obtidos através das quinze entrevistas do grupo B foram distribuídos pelas três dimensões em estudo – o imaginário, o simbólico e o real. Nos três casos, procedeu-se, posteriormente, ao cruzamento de informação, pelo que as três dimensões foram analisadas de acordo com o género, o sector profissional, o tempo de permanência no beco, as habilitações literárias e a idade dos sujeitos. Foi graças a este cruzamento de informação que se detectaram informações essenciais para este estudo, especialmente no que respeita à constituição da urbe e ao surgimento dos tão característicos becos e vielas do centro histórico da cidade de Ílhavo.

De forma a interpretar os dados, foram criadas tabelas que compactam a distribuição da informação e facilitam a análise dos dados. Neste sentido, o domínio do imaginário foi avaliado de acordo com as categorias seguintes: «Ílhavo»<sup>12</sup>, «beco»<sup>13</sup>, «imaginário puro»<sup>14</sup>, «imaginário pessoal»<sup>15</sup> e «religião»<sup>16</sup>, que foram analisadas de acordo com o imaginário onírico (fantástico/popular e simbólico/religioso) e o imaginário prático (social e pessoal) dos entrevistados. Contudo, detectou-se que os entrevistados não fazem nenhuma referência à origem dos becos, embora mencionem com frequência a origem do nome de Ílhavo no imaginário onírico.

Na imaginação popular/fantástica dos sujeitos surge, de forma recorrente, a imagem de que a urbe teve origem numa ilha, que lhe terá dado o nome. Estas referências ao nome de Ílhavo foram detectadas em quase todos os cruzamentos de dados efectuados. Assim,

---

<sup>12</sup> Na categoria «Ílhavo» estão reunidas todas as referências dos sujeitos que remetem para: a origem do nome de Ílhavo, a perspectiva dos sujeitos em permanecer na zona, as mudanças futuras que os sujeitos prevêem para os becos/Ílhavo, as associações livres dos sujeitos a Aveiro, Ílhavo, Gafanhas e associações a outros espaços ou à emigração.

<sup>13</sup> Na categoria «beco» são reunidas todas as referências dos sujeitos que remetem para: o nome da rua, a vontade de morrer ou de sair do beco, a avaliação que os sujeitos fazem desse espaço e aquilo que os sujeitos consideram típico dos becos.

<sup>14</sup> Na categoria «imaginário puro» são reunidas todas as referências dos sujeitos que remetem para: o imaginário pelo lado negativo, as lendas locais (ex: lenda da lâmpada, bruxas, lobisomens, moura da Vista Alegre), e a imaginação infantil do mar e dos pescadores.

<sup>15</sup> Na categoria «imaginário pessoal» são reunidas todas as referências dos sujeitos que remetem para: a projecção profissional pessoal no futuro e o imaginário da sua própria história pessoal.

<sup>16</sup> Na categoria «religião» são reunidas todas as referências dos sujeitos que remetem para a temática religiosa.

independentemente do sexo, da idade ou da escolaridade, esta é uma ideia generalizada do imaginário onírico dos sujeitos. Contudo, há que salientar que os indivíduos que possuem actividades nos sectores secundário e terciário e os que residem nos becos entre os 10 e 30 anos não referem este facto. Em suma, o imaginário dos sujeitos encontra-se fortemente ligado a projecções futuras ou a ideias ficcionadas sobre a formação do espaço físico de Ílhavo<sup>17</sup>. Neste sentido, são nulas as referências ao surgimento dos becos e vielas, ou mesmo à configuração do centro histórico da cidade.

Quando se remete para o domínio do simbólico, as categorias analisadas são distribuídas no presente, passado e futuro. Assim, as categorias «trabalho/quotidiano», «lazer e festas», «espaço social», «espaço físico» e «espaço mitológico» foram analisadas nas três vertentes temporais e de acordo com o género, a idade, a escolaridade, o sector profissional e o tempo de permanência no beco dos sujeitos. Na análise deste domínio, foi possível detectar que os sujeitos possuem um simbolismo ligado à história de Ílhavo e dos becos, embora apenas sejam aqui avaliadas as referências ao surgimento dos becos. Foi, pois, possível criar a tabela 2, que possui o cruzamento de dados entre a categoria «espaço mitológico – origem dos becos» e a caracterização dos sujeitos.

**Tabela 2 – Cruzamento de dados entre o «espaço mitológico – origem dos becos» e a caracterização dos sujeitos no domínio do simbólico**

Categoria		Caracterização dos sujeitos		Passado	Presente	Futuro
Espaço Mitológico	Origem dos becos	Género	Masculino			
			Feminino	- Os becos sempre existiram assim em Ílhavo. - Antigamente, dizia-se que as casas eram construídas de forma descontrolada, daí a nascença dos becos.	- Duas referências a: não sabe como apareceram os becos.	

<sup>17</sup> Esta ligação do imaginário com projecções futuras levou a que referências que remetessem para o futuro fossem analisadas no domínio do imaginário.

		<b>Sector profissional</b>	Primário			
			Secundário			
			Terciário	- Os becos sempre existiram assim em Ílhavo. - Antigamente, dizia-se que as casas eram construídas de forma descontrolada, daí a nascença dos becos.	- Duas referências a: não sabe como apareceram os becos.	
		<b>Tempo de permanência no beco</b>	Menos de 10 anos	- Antigamente, dizia-se que as casas eram construídas de forma descontrolada, daí a nascença dos becos.	- Uma referência a: não sabe como apareceram os becos.	
			Entre 10 e 30 anos	- Os becos sempre existiram assim em Ílhavo.	- Uma referência a: não sabe como apareceram os becos.	
			Mais de 30 anos			
		<b>Habilitações Literárias</b>	Até ao 6º ano de escolaridade		- Duas referências a: não sabe como apareceram os becos.	
			Com o 7º ano de escolaridade ou mais	- Os becos sempre existiram assim em Ílhavo. - Antigamente, dizia-se que as casas eram construídas de forma descontrolada, daí a nascença dos becos.		
		<b>Idade</b>	41-51 anos	- Os becos sempre existiram assim em Ílhavo.	- Não sabe como apareceram os becos.	
			52-59 anos	- Antigamente, dizia-se que as casas eram construídas de forma descontrolada, daí a nascença dos becos.	- Não sabe como apareceram os becos.	

Nesta tabela 2, os dados estão distribuídos temporalmente no domínio do simbólico, destacando-se o facto de não existirem referências à origem dos becos no futuro<sup>18</sup>. Aqui, a categoria ou temática «espaço mitológico – origem dos becos» foi analisada de acordo com o género, o sector de actividade, o tempo de permanência no beco, as habilitações literárias e a idade dos sujeitos entrevistados. A compactação desta informação permitiu que se fizesse uma análise mais pormenorizada e que se procedesse a cruzamentos de dados.

De acordo com o género dos sujeitos entrevistados na tabela 2, consegue-se observar que apenas as mulheres fazem referência à origem dos becos. No simbólico passado existem duas referências: uma entrevistada afirma que os becos sempre existiram tal como são em Ílhavo («Os becos não é... sempre existiram aqui, sempre existiram, foi sempre assim a configuração da cidade») e uma outra indica que, antigamente, as casas eram construídas de forma descontrolada e que, por isso, nasceram os becos («o que diziam antigamente é que faziam as casas descontroladamente, não é, sem ruas direitas, sem nada, mas isso acho que é todo o lado, e provavelmente foi assim que também nasceram os becos...»). No simbólico presente existem igualmente duas referências que indicam que os sujeitos nada sabiam sobre a origem dos becos. Note-se que o total de não-respostas (onze) é elevado para um universo de quinze sujeitos entrevistados.

De acordo com o sector de actividade a que os entrevistados pertencem, percebe-se que apenas os sujeitos que possuem actividades dentro do sector terciário fazem referência à origem dos becos. Se se cruzar estes dados com os dados do género, pode-se afirmar com convicção que apenas mulheres com profissões do sector terciário discutem o assunto em análise.

Em relação ao tempo de permanência nos becos, os dados da tabela 2 demonstram que apenas os sujeitos que vivem nos becos há menos de 10 anos e entre 10 e 30 anos fazem referência à sua origem. Cruzando estes dados com o género e a profissão dos sujeitos, podemos afirmar que apenas mulheres, do sector de actividade terciário, e com menos de 10 anos no beco, afirmam que os becos surgiram da construção descontrolada ou que não

---

<sup>18</sup> A ligação do imaginário com projecções futuras levou a que referências que remetessem para o futuro fossem analisadas no domínio do imaginário, pelo que não se detecta, neste estudo, simbólico futuro.

sabem qual é a sua origem, enquanto apenas mulheres do sector de actividade terciário, e que vivem nos becos há mais de 10 anos e menos de 30 anos, afirmam que os becos «sempre existiram aqui, ...assim» ou não sabem como estes surgiram.

Cruzando os dados das habilitações literárias dos sujeitos, o género, a profissão e o tempo de permanência no beco, observamos que apenas mulheres, do sector de actividade terciário, com menos de 10 anos ou entre 10 e 30 anos a viver no beco e com o 7º ano de escolaridade ou mais afirmam que os becos surgiram da construção descontrolada ou que sempre existiram em Ílhavo. Apenas as mulheres com escolaridade inferior ao 7º ano desconhecem a origem dos becos.

Finalmente, procurou-se analisar a relação entre as afirmações dos sujeitos no domínio do simbólico e a sua idade. Percebemos que, no domínio do passado, e independentemente da idade, os indivíduos têm a ideia de que os becos são uma realidade adquirida, que sempre existiram e estão naturalmente inseridos no centro histórico de Ílhavo, enquanto no presente existem duas referências ao desconhecimento da origem dos becos.

No domínio do real, os dados analisados são igualmente distribuídos no tempo, pelo que estão cruzados de acordo com as características dos sujeitos no passado, no presente e no futuro. Deste modo, a análise deste domínio permitiu que se detectasse que os sujeitos fazem referência à origem dos becos e vielas de Ílhavo. Foi, então, criada a tabela 3, que estabelece o cruzamento de dados entre a categoria «espaço mitológico – origem dos becos» e a caracterização dos sujeitos, no domínio do real.

**Tabela 3 – Cruzamento de dados entre o «espaço mitológico – origem dos becos» e a caracterização dos sujeitos no domínio do real**

Categoria		Caracterização dos sujeitos		Passado	Presente	Futuro
Espaço Mitológico	Origem dos becos	Género	Masculino	- Cada um fazia a sua casa e surgiram, por isso, os becos.	- Não sabe como surgiram os becos - Os becos existem em todo o lado: Alfama, Porto.	
			Feminino		- Não sabe a origem dos becos.	



		<b>Sector profissional</b>	Primário	- Cada um fazia a sua casa e surgiram, por isso, os becos.	- Não sabe como surgiram os becos - Os becos existem em todo o lado: Alfama, Porto.	
			Secundário			
			Terciário		Não sabe a origem dos becos	
		<b>Tempo de permanência no beco</b>	Menos de 10 anos			
			Entre 10 e 30 anos		- Não sabe como surgiram - Não sabe a origem dos becos	
			Mais de 30 anos	- Cada um fazia a sua casa e surgiram, por isso, os becos. - Os becos existem em todo o lado: Alfama, Porto.		
		<b>Habilitações Literárias</b>	Até ao 6º ano de escolaridade		- Não sabe como surgiram - Não sabe a origem dos becos.	
			Com o 7º ano de escolaridade ou mais	- Cada um fazia a sua casa e surgiram, por isso, os becos.	- Os becos existem em todo o lado: Alfama, Porto.	
		<b>Idade</b>	41-51 anos		- Não sabe a origem dos becos.	
			52-59 anos	- Cada um fazia a sua casa e surgiram, por isso, os becos.	- Não sabe como surgiram. - Os becos existem em todo o lado: Alfama, Porto.	

Na tabela 3 os dados estão distribuídos temporalmente no domínio do real e destaca-se o facto de não existirem referências à origem dos becos no futuro<sup>19</sup>. A categoria ou temática «espaço mitológico – origem dos becos» é analisada de acordo com o género, o sector de

<sup>19</sup> A ligação do imaginário com projecções futuras levou a que referências que remetessem para o futuro fossem analisadas no domínio do imaginário, pelo que não se detecta, neste estudo, real futuro.

actividade, o tempo de permanência no beco, as habilitações literárias e a idade dos sujeitos entrevistados. A compactação desta informação facilitou uma análise mais pormenorizada e permitiu que se fizessem cruzamentos de dados. Destaca-se, tal como no domínio do simbólico, a falta de referências ao assunto (onze), considerando que se está a lidar com um universo de quinze sujeitos entrevistados.

Na análise do real percebe-se que os indivíduos do género masculino possuem uma visão mais real no que diz respeito à origem dos becos, tanto no passado como no presente. Em relação ao passado, os indivíduos referem que os becos surgiram da construção descontrolada e desorganizada das casas, enquanto no presente alguns referem não saberem a origem dos becos e vielas; há, no entanto, uma referência à permanência quase imorredoura dos becos. Existe também a ideia de que a configuração do centro histórico de Ílhavo é comum ao de tantas outras cidades, como Porto ou Lisboa, pelo que os habitantes de Ílhavo nem se questionam sobre a origem dos becos ilhavenses: o facto é tomado como sendo natural e fazendo parte do quotidiano dos moradores. Em relação às mulheres (entre os 41 e os 51 anos de idade, do sector terciário, que vivem nos becos entre 10 e 30 anos e que possuem até o 6º ano de escolaridade), este facto é remetido para o real presente, estas referindo nada saberem sobre a origem dos becos.

Quando se observa a tabela 3, detecta-se que, no sector secundário, não existe qualquer referência e que no sector terciário a referência remete para o desconhecimento da origem dos becos de Ílhavo. Com efeito, todas as referências se encontram no sector primário e, quando cruzadas com os dados do género, percebe-se que são os homens do sector primário que referenciam a origem dos becos no domínio do real, quer no passado, quer no presente: no passado como construção descontrolada e no presente como realidade perfeitamente adaptada.

De acordo com o tempo de permanência no beco, os sujeitos com menos de 10 anos de permanência não fazem referência à origem dos becos, enquanto os sujeitos que lá habitam entre os 10 e 30 anos afirmam, no presente, que não sabem qual a origem dos becos. Contudo, são os indivíduos (do sexo masculino e do sector primário) que habitam nos becos há mais de 30 anos que naturalizam a origem e a permanência da configuração dos

becos na urbe ilhavense. A tabela demonstra também que os indivíduos com menos escolaridade não conhecem a origem dos becos, em contrapartida, os indivíduos com mais escolaridade adaptaram-se à realidade existente e afirmam que os becos sempre existiram.

Finalmente, a tabela 3 apresenta as referências dos sujeitos de acordo com a sua faixa etária. Neste caso, são os indivíduos entre os 52 e os 59 anos de idade que mais referências fazem à origem dos becos, enquanto os sujeitos com idades compreendidas entre os 42 e os 51 anos afirmam nada saberem.

## **6. CONCLUSÕES**

Uma vez realizado o estudo, conseguiu-se perceber que, dos três domínios em análise – o imaginário, o simbólico e o real – apenas nos dois últimos se encontram referências à origem dos becos e das vielas na urbe ilhavense. O imaginário dos sujeitos não comporta alusões que permitam justificar a configuração labiríntica da malha urbana. Com efeito, nas entrevistas que analisámos, verificamos que, à semelhança de estudos de historiadores, investigadores e estudiosos que se dedicaram a Ílhavo, algumas referências apenas aludem a povoações antigas que se instalaram numa «ilha», que terá estado na origem da urbe. Ora, estes resultados não permitem, primeiro, que se estabeleça a aproximação defendida por Eduardo Lourenço entre «mito» e «imaginário» (Apud. Baptista, 2009) e, segundo, que se descubra qual o papel desta aproximação na criação da «memória colectiva» dos becos e vielas ilhavenses (Durand, 1996). Com efeito, este estudo é pouco ou nada revelador da memória dos seus habitantes, o vazio parecendo instaurado na memória deste povo.

Todavia, ao ser uma representação do real, o mito pode adquirir, socialmente, um carácter simbólico, e é neste sentido que vão os resultados da análise elaborada. Quer isto dizer que os sujeitos do grupo entrevistado, tanto a nível do domínio do simbólico como do real, fazem referência à origem dos becos. Ora, comparando os domínios em questão, destaca-se o facto de apenas as mulheres remeterem o assunto para o simbólico, enquanto os homens o reenviam para o real e apenas uma mulher, neste domínio, afirma não saber qual a origem dos becos. Contudo, é essencial acrescentar que, tanto no simbólico como no real, num

universo de quinze entrevistados, apenas se observaram quatro referências ao assunto em cada um dos domínios: duas revelam total desconhecimento e duas outras mostram que os becos sempre fizeram parte da cidade e da história da cidade e que, por tal facto, são naturais na vida das pessoas entrevistadas. Assim, pode-se concluir que tanto as respostas como as não-respostas (onze) são conduzidas por um processo de *naturalização* do problema, visto que não existe questionamento pessoal sobre a origem dos becos de Ílhavo. Podemos também afirmar que se trata de uma *naturalização* de ordem social e colectiva, na medida em que a posição «natural» dos entrevistados poderá ser tanto do indivíduo em sua atitude pessoal como dos moradores dos becos como um todo.

Parece existir uma relação simbiótica nesta *naturalização* do problema, pois não há diferença entre os sujeitos e o beco, na medida em que, para os sujeitos, a constituição do centro urbano sempre foi aquela, como se a lenda ou a simbologia que poderiam estar associadas à sua origem não fizessem qualquer sentido. Não há, pois, uma explicação imaginária/simbólica da origem dos becos (embora haja em relação à origem de Ílhavo), mas este facto não é um problema para as populações locais, pois elas interiorizaram esta peculiar configuração citadina como sendo natural e não a questionam. Como ela sempre fez parte do passado e do presente dos entrevistados, estes assumem-na como intrínseca à cidade e como fazendo parte da sua própria vida.

Em suma, e mediante as entrevistas realizadas, confirma-se existir uma *não-imaginação colectiva* em relação à origem dos becos e das vielas de Ílhavo. Contudo, numa investigação futura – onde se confrontarão os resultados obtidos no grupo B aos do grupo A –, pretender-se-á descobrir se esta afirmação tem consistência e se, porventura, se pode considerar que os moradores dos becos e vielas têm ausência de consciência mítica ou se esse processo de *naturalização* não é mais do que accidental.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Amador, D. C. (1998).** *Os fenícios na Ibéria (Ílhavo - Histórias das raízes)*. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo.

**Aroteia, J. Carvalho (1984).** *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Aveiro: Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro.

**Baczko, B. (1984).** *Les Imaginaires Sociaux: Mémoires et Espoirs Collectifs*. Paris: Payot.

**Baptista, M. (2009).** «Pela mão de Heidegger e Lacan... Ontologia e Imaginário em Eduardo Lourenço». *Colóquio Letras*. Ensaio, n.º 170: 219-235. [http://www.eduardolourenco.com/6\\_oradores/pdf2/Maria\\_Manuel\\_Baptista.pdf](http://www.eduardolourenco.com/6_oradores/pdf2/Maria_Manuel_Baptista.pdf) (acedido a 22 de Setembro de 2010, às 15h05).

**Barbosa, J. M. (1899).** *A Murtosa (a propósito da sua autonomia)*. Aveiro. Typ. do «Campeão das províncias».

**Bismarck, D. (2008).** *As Terras de Vouga nos Séculos IX a XIV – Território e Nobreza*. Aveiro: ADERAV.

**Brito, K. C. (2007).** «Das Cantigas do Beco: Cidade e Sociedade na Poesia de Cora Coralina». *Sociedade e Cultura*. 10(001): 115-129.

**Cachim, A. (1988).** *Os Ílhavos, o Mar e a Ria*. Estarreja: Livraria Estante Editora.

**Castoriadis (1995).** *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**CMI (2010).** *Caracterização Sumária*. <http://www.cm-ilhavo.pt/> (acedido em 08 de Julho de 2010, às 10h05).

**Cobuci, L. (2009).** *O Concelho de Ílhavo enquanto destino do Turismo Residencial – Caso de estudo: Praias da Costa Nova e Barra*. Tese de Mestrado apresentada no DEGEL. Aveiro: Universidade de Aveiro, 149.

**Durand, G. (1996a).** *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.

**Durand, G. (1996b).** *Introduction à la mythodologie: mythes et sociétés*. Paris: Albin Michel.

**Eliade, M. (1963).** *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70.

**Eliade, M. (1989a).** *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

**Eliade, M. (1989b).** *Origens: História e Sentido da Religião*. Lisboa: Edições 70.

**Eliade, M. (2000).** *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

**Fonseca, S. (2007).** *Ílhavo - Ensaio Monográfico Séc. X ao Séc. XX*. Porto: Papiroeditora.

**Fonseca, S. (2009).** *Costa-Nova-do-Prado. 200 Anos de História e Tradição.* Ílhavo: S. Fonseca.

**Fonseca, S. (2009).** *Terralâmpada: textos sobre acontecimentos, críticas, história da cidade de Ílhavo.* <http://terralampada.blogspot.com/> (acedido a 1 de Março de 2011, às 11h00).

**Fragoso, V. (2008).** «Mito: uma necessidade do homem?» *Arte & Cultura, Atualidades, Filosofia, História, Psicologia & Comportamento.* <http://revistadeciframe.com/2008/12/09/mito-uma-necessidade-do-homem/> (acedido a 27 de Setembro de 2010, às 14h23).

**Garcia, M. (2010).** «A Construção dos Mitos: no Passado e no Tempo, no Contexto da Cultura Grega e na Filosofia Científica». *Artigonal.* <http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/a-construcao-do-mitos-no-passado-e-no-tempo-no-contexto-da-cultura-grega-e-na-filosofia-cientifica-2355706.html> (acedido a 24 de Setembro de 2010, 11h53).

**Gomes, D. (1989).** *Costumes e Gentes de Ílhavo.* Aveiro: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Ílhavo.

**Gomes, J. A. Marques (1875).** *Memórias de Aveiro.* Aveiro: Tip. Comercial.

**Graça, Ó. (1996).** *Revitalização da Praça da República/Fontoura Ílhavo.* Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Arquitectura e Planeamento. Coimbra: Universidade Técnica de Poznan.

**Lacan, J. (1966).** *Écrits I.* Paris: Éd du Seuil.

**Lourenço, E. (1992).** *Existe uma Cultura Portuguesa?.* Porto: Edições Afrontamento.

**Madaíl, A. G. da Rocha (1922).** «I – Um projecto de brasão d'armas concelho». *Illium.* Coimbra: Gráfica Conimbricense, Limitada.

**Madahil, A. G. da Rocha (1937).** *Ílhavo no século XVIII – as informações paroquiais de 1721 e de 1758.* Figueira da Foz: Tipografia Popular.

**Madaíl, A. (1965).** *Museu Marítimo e Regional de Ílhavo. Memória descritiva pelo director António Gomes da Rocha Madahil.* Lisboa: Ofic. Gráf. da Editorial Minerva.

**Maffesoli, M. (1993).** *La Contemplation du monde : figures du style communautaire.* Paris: Grasset.

**Maffesoli, M. (1997).** *Du Nomadisme : vagabondages initiatiques,* Paris: Librairie Générale Française.

**Maffesoli, M. (1998).** *O Conhecimento Comum.* Rio de Janeiro: Brasiliense.

**Maffesoli, M. (2002).** *La Part du Diable : précis de subversion postmoderne*. Paris: Flammarion.

**Maia, T. (2003).** *Ílhavo : Terra maruja*. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo.

**Mindlin, B. (2002).** «O fogo e as chamas dos mitos». *Estudos Avançados*. 16(44) [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100009) (acedido a 27 de Setembro de 2010, às 11h49).

**Murad, P. (2005).** «O Mito e as Narrativas Contemporâneas». *GHREBH - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e da Cultura e de Teoria da Mídia*. 7. [http://revista.cisc.org.br/ghrebh7/artigos/10murad\\_port.html](http://revista.cisc.org.br/ghrebh7/artigos/10murad_port.html) (acedido a 24 de Setembro de 2010, às 12h51).

**Oliveira, G. (2010).** «O mito heróico: compreendendo as múltiplas variáveis na construção da imagem do herói». *O Templo do Conhecimento*. <http://www.templodoconhecimento.com/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=428> (acedido a 24 de Setembro de 2010, às 10h48).

**Pacheco, H. (1989).** *Aveiro: Ria, Mar, Terras e Gentes*. Barcelos: LEMA-Cultura e Divulgação Regional.

**Parracho, F. (1992).** *Ílhavo: Esta é a nossa terra, esta é a nossa gente*. Aveiro: Câmara Municipal de Ílhavo.

**Peralta, E. (2003).** «O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo». In *Horizontes Antropológicos*. Nº 20, 83-96 (consultado a partir do site <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf> (acedido a a 21 de Janeiro de 2011, às 10h00).

**Peralta, E. (2008).** *A Memória do Mar - Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

**Sousa, E. (2004).** *Mitologia, História e Mito*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

**Volpatto, R. (2007).** *Mitos e Lendas, Sonhos da Cultura*. Centro de Ufologia Brasileiro. [http://www.cubbrasil.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=347&Itemid=91](http://www.cubbrasil.net/index.php?option=com_content&task=view&id=347&Itemid=91) (acedido a 27 de Setembro de 2010, às 11h07).

**Wang, Q. (2008).** «On the cultural constitution of collective memory». *MEMORY* 16 (3): 305-317.